

Memória, identidade e cultura: condições de pertencimento aos espaços da cidade

Memory, identity and culture: conditions for belonging to city spaces

Enviado em: 27-01-2022

Aceito em: 03-07-2022

Ana Laura Assumpção¹

Paulo César Castral²

Resumo

A vida em sociedade pressupõe interação social, interação entre indivíduos e entre grupos, os quais carregam memórias, hábitos, saberes e ações semelhantes ou distintas, conforme delinea a cultura. O palco dessa interação é a cidade, é ela quem detém a vida, a sociedade e, por consequência, a vida em sociedade. Para melhor entendimento de tal questão, o presente artigo se estrutura em torno de três conceitos-chaves: memória, identidade e cultura. Por meio de uma revisão bibliográfica, o aprofundamento desses conceitos não aparece aqui como forma de esgotar suas significações, mas sim de pontuar questões que caminhem para a compreensão das relações sociais estabelecidas no passado e no presente, e mais, transferidas ao futuro no tempo-espaço da cidade, tendo como exemplo o caso específico de Bocaina-SP e da festividade de São João que ocorre nesta cidade.

Palavras-chave: Memória, identidade, cultura.

Abstract

Life in society presupposes social interaction, interaction between individuals and between groups, which carry memories, habits, knowledge and similar or distinct actions, as the culture outlines. The stage of this interaction is the city, because it is the city that holds life, society and, consequently, life in society. To better understand this issue, this article is structured around three main concepts: memory, identity and culture. Through a literature review, the deepening of these concepts does not appear here as a way to exhaust their meanings, but rather as a way to highlight issues that move towards the understanding of the social relations established in the past and present, and more, transferred to the future in the time-space of the city, taking as an example the specific case of Bocaina-SP and São João festivities that occur in this city.

1 Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo no Programa de Pós-Graduação do IAU-USP, Mestra em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação do IAU-USP. E-mail: ana.assumpcao@usp.br

2 Professor Doutor do IAU-USP. E-mail: pcastral@usp.br

Keywords: Memory, identity, culture.

Introdução

O artigo pretende, por meio de uma revisão bibliográfica baseada em discussões de diversos autores, abordar três conceitos-chave, memória, identidade e cultura, de modo a compreender a inter-relação entre eles no que diz respeito às práticas sociais contemporâneas que se constituem no espaço da cidade. São conceitos que estabelecem uma relação de continuidade entre passado, presente e futuro. A memória carrega o passado, porém a partir da dinâmica do presente. A cultura traz consigo a história de um povo e é repassada a cada geração, tendo vistas no futuro. A manutenção da cultura e da memória de um povo somente se torna possível quando há vínculos identitários. Se identificar com um grupo de pessoas, com um lugar, com algum objeto ou com alguma prática social é se sentir pertencente, é querer preservar e manter tais identidades vivas no presente e para o futuro.

Considerando a intercomunicabilidade da noção de memória, cultura e identidade, propõe-se para o presente estudo, um aprofundamento de tais conceitos e de suas aproximações com a cidade de Bocaina-SP, no interior do estado de São Paulo, cujas características de sua formação, seu traçado urbano, sua arquitetura e suas celebrações ainda se mantêm, sem existir leis oficiais de preservação do patrimônio para esse manutenção. A conservação desses aspectos podem ser respondidos por meio da análise dos três conceitos apresentados, entendendo de que modo são percebidos nas relações sociais e contribuem para o fortalecimento de vínculos afetivos nas diferentes escalas da cidade.

MEMÓRIA E HISTÓRIA: UMA RELAÇÃO CONFLITUOSA

O passado é sempre conflituoso. A ele se referem, em concorrência, a memória e a história, porque nem sempre a história consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança (direitos de vida, de justiça, de subjetividade). Pensar que poderia existir um

entendimento fácil entre essas perspectivas sobre o passado é um desejo ou um lugar-comum. (SARLO, 2007, p. 9)

Dentro desse campo de conflito, a relação entre história e memória já é bastante discutida nos diversos campos de conhecimento. É possível citar alguns grandes nomes desse aprofundamento teórico ao longo do século XX na Europa, mais especificamente no contexto francês, como Jacques Le Goff (1924-2014), Maurice Halbwachs (1877-1945), Paul Veyne (1930-), Michel de Certeau (1925-1986), Michael Pollak (1948-1992) e Pierre Nora (1931-) e, em um panorama sul-americano, Ecléa Bosi (1936-2017) e Beatriz Sarlo (1942-). Atualmente, esse tema ainda possui relevância nos estudos, podendo citá-lo, em especial, pelo papel de destaque dado à memória e seus desdobramentos, como a força adquirida pela história oral e por outros meios: documentos pessoais, fotografias particulares, anteriormente não consideradas fontes históricas. De acordo com Beatriz Sarlo (2007), em consequência do pensamento pós-moderno³, começam a proliferar as narrações chamadas “não-ficcionais”: testemunhos, histórias de vida, entrevistas, autobiografias, lembranças e memórias, relatos identitários. Narrações essas que passaram a dar sentido à experiência do sujeito no contexto social e nas práticas urbanas, devido ao fortalecimento da dimensão subjetiva ao caracterizar o presente. O presente artigo objetiva problematizar tal postura na constituição dos *lugares de memória* (NORA, 1993), bem como o sentido da preservação da condição desse espaço em poder mediar a construção da identidade e cultura de um grupo social.

É possível resgatar a relação entre história e memória nas raízes da postura dos gregos da época clássica, “que em vários campos realizaram uma aproximação fecunda e problemática entre memória e história, a primeira constituindo-se finalmente como o meio privilegiado de acesso ao verdadeiro conhecimento” (SEIXAS, 2001, p. 39). Mais recentemente, Pesavento descreve essa dualidade afirmando que apesar de ambas serem “formas de representação de uma ausência de tempo” (PESAVENTO, 2004, p. 25), a

³Sarlo (2007, p. 40) fala de uma intensa subjetividade do “temperamento” pós-moderno: quando ninguém está disposto a aceitar a verdade de uma história, todos parecem mais dispostos à crença nas verdades de histórias no plural.

história se difere pela sua pretensão de afirmar o ter sido, e à memória é reservada a alegria da certeza de um reconhecimento.

A Memória se contenta com a credibilidade no reconhecimento de uma evocação, e é a História que lida, a duras penas, com este esforço de chegar o mais próximo possível desta verdade do acontecido (PESAVENTO, 2004, p. 26).

Seguindo tal colocação, pode-se extrair uma primeira distinção entre ambas: enquanto a memória pode ser considerada vulnerável e hesitante, a história busca a verdade, ou, como disse Abreu (1998, p. 15-16) ao refletir sobre Le Goff (1988:2003), a história “nunca conseguirá atingir a objetivação total”, no entanto “chega muito mais perto dela do que a memória”. Isso porque, para Le Goff (2003, p. 29) “a história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros”, memória esta, entendida pelo autor, como um conjunto de funções psíquicas capaz de conservar determinadas informações e possibilitar ao homem atualizar impressões e informações passadas ou que ele interpreta como passadas. “Assim é a seriedade da história: ela se propõe a narrar as civilizações do passado e não a salvar a memória dos indivíduos; ela não é uma imensa coletânea de biografias” (VEYNE, 1998, p. 57).

Para além de pensar a história como um trabalho que busca a verdade, Paul Veyne (1998) entende que a história é descrição, descrição daquilo que já passou, descrição do que é ou foi específico nos acontecimentos, “a história pode ser assim definida como o conhecimento do específico” (VEYNE, 1998, p. 58), ou então, “a história é descrição do individual através dos universais” (VEYNE, 1998, p. 104) e “a quantidade de descrição possível de um mesmo acontecimento é indefinida” (VEYNE, 1998, p. 137).

Aprofundando-se no conceito de história, Le Goff (2003, p. 18), mais precisamente, explica que a história exprime três conceitos: o primeiro que significa a “procura das ações realizadas pelos homens”, constituindo-a em ciência, no caso a ciência histórica; o segundo no qual o objeto de procura é o

que os homens realizaram, sendo a história uma série de acontecimentos⁴; e o terceiro que coloca a história como uma narração, seja verdadeira ou falsa, com base em acontecimentos históricos ou imaginários, podendo ser uma narração histórica ou uma fábula.

Atribuindo o sentido da história como narrativa, a qual tem como objeto acontecimentos e personagens, pode-se destacar o papel do historiador no ato de construção dessa história. Responsável por narrar o passado, o historiador tem como tarefa analisar os documentos, sabendo desmistificá-los quando necessário. “Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estar sujeitos a tratamentos destinados a transformar sua função de mentira em confissão de verdade” (LE GOFF, 2003, p. 110).

Le Goff (2003) aponta que os historiadores são os principais intérpretes da opinião coletiva, na medida em que buscam distinguir as suas ideias pessoais da mentalidade coletiva. Pesavento (2004, p. 26), complementa ao citar que é de responsabilidade do historiador a “tarefa de administrar ou mesmo construir a memória coletiva, esta que brota de um processo, social e histórico, de armazenamento de lembranças partilhadas por uma comunidade”.

O contexto em que o historiador está inserido também interfere na maneira como ele interpreta o que tem em mãos e como o passado aparecerá em forma de história. “Os historiadores, em cada época, têm a liberdade de recortar a história a seu modo” (VEYNE, 1998, p. 28), ou ainda, conforme Michael de Certeau,

[...] toda interpretação histórica depende de um sistema de referência; que este sistema permanece uma “filosofia” implícita particular; que infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à “subjetividade” do autor (CERTEAU, 1982, p. 67).

Nesse sentido, por mais que a história busque ser objetiva, imparcial, há esse grau de subjetividade no qual diz respeito a quem a produz, e que,

4 Para Paul Veyne (1998, p. 46), “os acontecimentos não são coisas, objetos consistentes, substâncias; eles são um corte que realizamos livremente na realidade, um aglomerado de procedimentos em que agem e produzem substâncias em interação, homens e coisas”.

inclusive, a torna passível de ser manipulada. “A história não começaria senão com a ‘nobre palavra’ da interpretação” (CERTEAU, 1982, p. 78).

Com o passar do tempo a relação história-memória acaba por adquirir na historiografia cada vez mais uma ideia de oposição, sobretudo a partir da década de 1980, passando a ser vista não mais como uma relação amistosa, mas antagônica, na medida em que a memória foi conquistando seu espaço, lado a lado com o espaço alcançado pela história ao longo dos séculos, em especial depois do surgimento da historiografia, isto é, seu próprio campo de estudo e do seu diálogo com as outras ciências, como geografia, antropologia, economia, psicologia. “As Memórias tornaram-se pouco a pouco elementos paralelos à história, mais do que história propriamente dita” (LE GOFF, 2003, p. 112).

A grosso modo, vai se delineando uma diferença bem clara em relação à história e à memória, a primeira que se associa estritamente com o passado e a segunda que se estabelece na relação passado–presente. Nas palavras de Halbwachs,

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada (HALBWACHS, 1990, p. 71).

É válido ressaltar que a memória não é uma volta ao passado, tal como ele era antes. Estando no presente, a lembrança refaz o passado, reconstitui-o com base nas experiências, percepções e vivências do presente. As pessoas mudam com o passar do tempo — não somos mais o que éramos anteriormente, por exemplo —, possuem outros pensamentos, outros juízos de valores, que não serão os mesmos no futuro. “A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual” (BOSI, 1994, p. 55).

Ainda corroborando com essa noção, Ecléa Bosi (1994), com base no pensamento desenvolvido por Bergson em *Matière et mémoire*, sugere pensar a memória a partir da etimologia do verbo “lembrar-se”. Em francês “se souvenir”, seria um movimento de “vir” “de baixo”: sous-venir, vir à tona o que

estava submerso, ou seja, trazer para o presente algo do passado, um acesso ao passado por meio da percepção e da experiência corporal no presente.

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência (BOSI, 1994, p. 46-47).

Willi Bolle (1984, p. 13) também reforça a ideia de compreender a memória não somente como uma instância do passado, mas “imaginá-la como uma relação dinâmica entre passado e presente. A memória é um elemento muito enraizado no presente”. Ou ainda, conforme Beatriz Sarlo (2007), poderíamos dizer que é através da memória que o passado se faz presente.

O que se percebe, mais recentemente, é uma abrangência nos estudos sobre a memória, sobretudo no campo da psicologia e da sociologia, de modo a tentar dar força a ela — assim como a que foi dada à história — levando em consideração elementos antes desprezados, tomados como subjetivos. Subjetivos pela condição de não ser possível provar que a lembrança articula elementos de fatos ou situações ocorridas, uma vez que ela ocorre de maneira distinta em cada indivíduo dependendo das suas experiências vividas. O historiador francês Pierre Nora, em 1984, participa dessa busca por situar a memória e a história:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam, ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico (NORA, 1993, p. 9).

Pensar a memória sob a dialética entre lembrança e esquecimento, como citado acima por Pierre Nora (1993), é entender que o processo que a envolve se baseia na conservação de determinadas informações e no,

consequente, apagamento de outras. É uma relação entre “apego afetivo e desapego”, conforme Schmidt e Mahfoud (1993, p. 289). É humanamente impossível lembrar completamente de um fato passado, levando em consideração que as lembranças se dão no presente. Por estarem no presente, não serão mais um retorno idêntico ao passado, mas sim uma reorganização dele, de acordo com o que ainda tem relevância para a memória e o que já desapareceu. Conforme as experiências vividas, o indivíduo em sociedade pratica uma conciliação entre aquilo que é lembrado e aquilo que é esquecido no momento de formar uma memória. “A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, p. 203).

Dentro do campo da memória, cabe destacar o conceito de memória coletiva. Tal conceito diz respeito a uma construção teórica presente, em especial, nos estudos de sociologia de Maurice Halbwachs, nas primeiras décadas do século XX. O autor, considerado um dos principais estudiosos do campo da memória, alicerça sua pesquisa na teoria psicossocial e produz dois livros de relevância nesse tema: *Les cadres sociaux de la mémoire*, de 1925, e *La mémoire collective*, livro póstumo, publicado pela primeira vez em 1950.

A ideia de coletividade é central no pensamento de Halbwachs. Para ele não é possível pensar em algo sem que este tenha relação com outras questões e outras pessoas. Inclusive, se formos pensar em nós mesmos, sempre estabelecemos relações externas com o mundo à nossa volta, por mais que estejamos sozinhos. O mesmo se passa com a memória, ela se insere dentro dos quadros sociais da vida real, os quais são os referenciais para que as lembranças sejam reconstruídas. Por exemplo, ao nos lembrar de uma comida ou de um cheiro, remetemo-nos a outras coisas – a uma pessoa, a um lugar, a uma época (HALBWACHS, 1950:2013). Schmidt e Mahfoud (1993, p. 289) corroboram com essa noção, reafirmando que a memória é um “trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os quadros sociais nos quais as lembranças podem permanecer e, então, articular-se entre si”.

Na concepção de Halbwachs (2013), há dois tipos de memórias que constituem a vida do indivíduo, as memórias individuais e as memórias

coletivas, ora se agrupando em torno de uma pessoa definida, ora se distribuindo por uma sociedade, seja ela grande ou pequena. No entanto, essa divisão não é rígida, uma vez que uma tem ligação com a outra. Quanto à memória individual,

Ela não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros, ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio (HALBWACHS, 2013, p. 54).

De modo geral, em Halbwachs (2013), a memória aparece como um fenômeno que deve ser entendido como sendo uma construção coletiva e social, passível de mudanças e transformações o tempo todo. Com esse conceito, a ideia de memória deixa de ter apenas a dimensão individual, uma vez que as lembranças de um indivíduo nunca são apenas dele, como visto acima.

As lembranças de qualquer indivíduo dependem dos grupos nos quais ele está inserido, isto porque, “cada um de nós, com efeito, é membro ao mesmo tempo de vários grupos, maiores ou menores” (HALBWACHS, 2013, p. 78). Em outras palavras, as minhas lembranças fazem parte das lembranças de um grupo, ou ainda, de vários grupos, existindo, assim, tantas memórias quantos forem os grupos com os quais me relaciono. É essa noção que faz com que a memória não seja uma única possibilidade dentre uma gama ampla, como acontece com a História, mas sim mais uma dentro de um conjunto de tantas outras que vierem a existir, dependendo das mudanças que ocorrem entre o pessoal e os meios coletivos. “A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa” (POLLAK, 1992, p. 204).

Quanto a esse aspecto social da memória, Ecléa Bosi (1994) mostra a importância do trabalho em grupo: um grupo, no qual se trabalhe intensamente em conjunto, consegue criar esquemas de narração e de interpretação dos fatos, que fortalecem a lembrança destes. Sendo assim, é possível dizer que a memória se apoia na relação entre o indivíduo e seu meio, entre as suas experiências e as dos outros, isto é, no vivido.

A memória não somente se ancora no passado - destaque para esse passado vivido -, como também o tem como estruturador dos grupos. Nas palavras de Michael Pollak (1989, p. 9) “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis.”

Halbwachs (2013) reforça, de forma ainda mais consistente, a linha tênue entre a história e a memória ao afirmar que a memória coletiva só consegue avançar até certos limites do passado. Por mais que seja remoto, há um limite e, para além dele, a memória já não consegue atingir as pessoas e os acontecimentos e, então, recai sobre a história esse acesso mais distante. Como dito acima, a história se detém ao passado e não ao presente, porém, agora, explicita-se qual é esse passado: é aquele cuja compreensão já está fora do domínio dos grupos atuantes. Sendo que o ponto onde termina a memória é onde começa a história.

Parece que ela precisa esperar que os antigos grupos desapareçam, que seus pensamentos e sua memória se tenham desvanecido, para que ela se preocupe em fixar a imagem e a ordem de sucessão dos fatos que agora é a única capaz de conservar (HALBWACHS, 2013, p. 109).

Em outras palavras, Rios (2013), com base no pensamento de Halbwachs, aponta que a memória é vida, é uma visão interna do grupo sobre si mesmo e possui um caráter múltiplo, uma vez que cada grupo guarda um conjunto particular de lembranças. Essa memória, que é viva, requer um vínculo afetivo. Segundo Beatriz Sarlo (2007, p. 43), “o ‘dever de memória’ induz uma relação afetiva, moral com o passado, pouco compatível com o distanciamento e a busca de inteligibilidade que são o ofício do historiador.” A memória coletiva, caracterizada por uma dimensão afetiva, é considerada por Halbwachs e, posteriormente, por Pierre Nora, uma

[...] atividade natural, espontânea, desinteressada e seletiva, que guarda do passado apenas o que lhe possa ser útil para criar um elo entre o presente e o passado, ao contrário da história que constitui um processo interessado, político e, portanto, manipulador. A memória coletiva, sendo sobretudo oral e afetiva, pulveriza-se em uma multiplicidade de narrativas; a história é uma atividade escrita, organizando e unificando numa totalidade sistematizada as

diferenças e lacunas. Enfim, a história começa seu percurso justamente no ponto onde se detém a memória coletiva (SEIXAS, 2001, p. 40).

Já o sociólogo Michael Pollak (1992), — cujo pensamento se assemelha ao de Halbwachs quanto à coletividade da memória, mas, ao mesmo tempo, dá um destaque maior a noção de memória individual⁵ —, mostra quais são os elementos constitutivos tanto da memória coletiva, quanto da memória individual. O primeiro deles são os acontecimentos vividos pessoalmente ou ainda, os acontecimentos vividos por proximidade, aqueles que são vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencente e que não necessariamente foram vividos especificamente pela pessoa. O segundo elemento é constituído pelas pessoas ou personagens, sejam personagens encontrados durante a vida ou de personagens conhecidos por proximidade. E o terceiro diz respeito aos lugares, os quais podem ser lugares de memória — denominação dada por Pierre Nora —, aqueles que estão ligados à alguma lembrança ou lugares de apoio da memória, os quais servem de base a uma relembração de um período em que o indivíduo viveu ou de um período vivido por proximidade. Nora (1993) reforça os lugares de memória, ao afirmar que a memória se pendura nos lugares, enquanto que, por sua vez, a história se apoia nos acontecimentos.

Pierre Nora (1993, p. 7) destaca, também, a importância dos lugares de memória como uma compensação da dinâmica do mundo atual (já assinalada por ele na década de 1980 e 1990), como lugares que resgatam aquilo que foi (ou que pode vir a ser) esquecido, “há locais de memória porque não há mais meios de memória”. Para ele, a aceleração generalizada da história com a globalização, mundialização e massificação é prejudicial para a memória na medida em que, cada vez mais rapidamente, se produz um passado morto, uma “percepção global de qualquer coisa como desaparecida”.

⁵Michael Pollak acredita que as memórias individuais são uma via de acesso para a reconstrução das memórias dos grupos e, ao terem suas próprias memórias, os indivíduos podem elaborar subjetivamente as suas lembranças, apoiados nos seus próprios sentimentos de identidade (RIOS, 2013). Para o sociólogo, “o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (POLLAK, 1992, p. 204).

Os lugares de memória se destacam por serem sinais de reconhecimento e de pertencimento de um grupo numa sociedade em que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (NORA, 1993).

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 204).

A memória coletiva, ainda segundo Michael Pollak (1989), sendo uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória que, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia de outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e de identidade e as relações socioculturais. Ou seja, os grupos estabelecem vínculos com os lugares, de acordo com Schmidt e Mahfoud (1993, p. 291), “os lugares recebem a marca de um grupo e a presença de um grupo deixa marcas num lugar”, é uma relação de troca que pode ser traduzida como a “reunião de todos os elementos da vida social”.

Memória, identidade e cultura: lugares

Determinado lugar, como espaço apropriado pela ação humana (ARANTES, 2009), como espaço das experiências individuais e coletivas, e conseqüentemente, das memórias individuais e coletivas, carrega características referentes a diferentes grupos sociais, localizados em um espaço-tempo determinado. Todos esses elementos envolvidos no lugar corroboram para o sentimento de identidade, de pertencimento. Segundo as reflexões de Michael Pollak (1992), a identidade é a construção de uma autoimagem, elaborada pelos próprios indivíduos ou pelos grupos, em referência aos outros.

O papel da memória na difusão das experiências implica a formação da identidade. O passado revisitado no presente pressupõe influências sociais e individuais: fatos e ações que ressoam no presente somados a fatos e ações que acabaram no esquecimento compõem determinado processo de

identidade. Para José Márcio Barros (1999, p. 34), “inscrita na cultura e produtora de processos culturais, a memória é uma espécie de reservatório que aglutina os processos de identidade e identificação”.

Pertencer, dentre uma das suas definições possíveis, significa “ser parte de; estar contido em”. A partir de tal significação, deriva a palavra pertencimento, isto é, “o ato de pertencer”. Conforme o Dicionário de Direitos Humanos escrito por Ana Lúcia Amaral (2006), pertencimento ou, ainda, o sentimento de pertencimento é uma crença subjetiva numa origem comum que une indivíduos distintos, isso porque os indivíduos pensam em si mesmos como membros de uma determinada coletividade que expressam valores, medos e aspirações por meio de símbolos.

Mais do que isso, ainda segundo Ana Lúcia Amaral (2006), é se sentir como pertencentes a certo lugar e, ao mesmo tempo, sentir que tal lugar também te pertence e, sendo assim, acredita-se na possibilidade de interferir e, mais do que tudo, que vale a pena interferir na rotina e nos rumos de tal lugar.

É a partir desse sentir, desse processo de se constituir socialmente e de ser constituído, que o sujeito cria uma identidade e, apoiado nela, passa a se envolver coletivamente dentro de determinado grupo social e de determinado lugar, sentindo-se parte dele e lutando pela sua sobrevivência, pela sobrevivência de sua cultura, bem como da construção da sua memória coletiva.

Ao se falar em cultura, vale se atentar às suas significações, deixando evidente que essa palavra diz respeito a um conceito que é dinâmico, que se transforma com o passar do tempo e que está intimamente relacionado à noção de memória e identidade descritas até aqui. Como disse Zygmunt Bauman (2012), a cultura nunca é a mesma, ela permanece em constante mudança, assim como sua respectiva significação também não é a mesma.

Segundo Marilena Chauí (2008), a palavra cultura, na sua origem, advém do verbo em latim *colere*, cujo significado era o cultivo, o cuidado — especificamente com a terra —, onde aparecem também outras palavras relacionadas como agricultura, puericultura e também, culto. Posteriormente,

esse sentido foi se modificando e com o Iluminismo no ocidente, no século XVIII, a palavra cultura reaparece, dessa vez como sinônimo do conceito de civilização, ou seja, relacionada ao comportamento ético. A cultura, então, passa a ser o critério medidor do grau de civilização de uma sociedade, ou ainda, um conjunto de práticas que permite avaliar e hierarquizar o valor dos regimes políticos (CHAUÍ, 2008). Essa questão é também levantada por Bauman (2012) ao refletir sobre a noção hierárquica de cultura:

Nós reprovamos uma pessoa que não tenha conseguido corresponder aos padrões do grupo pela “falta de cultura”. Enfatizamos repetidas vezes a “transmissão da cultura” como principal função das instituições educacionais. Tendemos a classificar aqueles com quem travamos contato segundo seu nível cultural. Se o distinguimos como uma “pessoa culta”, em geral queremos dizer que ele é muito instruído, educado, cortês, requintado acima de seu estado “natural”, nobre. Presumimos tacitamente a existência de outros que não possuem nenhum desses atributos. Uma “pessoa que tem cultura” é o antônimo de “alguém inculto” (BAUMAN, 2012, p. 90).

Junto a tal ideia, a cultura torna-se também sinônimo de progresso. O progresso de uma civilização é avaliado pela sua cultura e, mais, a cultura é avaliada pelo progresso que ela traz a uma civilização (CHAUÍ, 2008). O conceito de cultura que aparece no século XIX, vem alicerçado em uma das frentes das ciências humanas, a antropologia. Ao seguirem a ideia de progresso como mediadora de cultura, os antropólogos estabeleceram um padrão da Europa capitalista para medir o grau de progresso de uma cultura. Com isso, as sociedades passaram a ser avaliadas com base em parâmetros — presença ou ausência de Estado, mercado e escrita — que são próprios do ocidente capitalista, chegando a considerar sociedades com falta de cultura ou com cultura pouco evoluída, devido à ausência desses parâmetros. “Em outras palavras, foi introduzido um conceito de valor para distinguir as formas culturais” (CHAUÍ, 2008, p. 56), pautado no modelo europeu de exemplo máximo de cultura.

Para Eagleton (2005), conforme o debate sobre cultura evolui, essa ideia de que algumas culturas são superiores a outras, no início da antropologia, vai sendo reformulada e o sentido de cultura passa a ser mais descritivo do que valorativo, ou seja, diferenciando as culturas, sem, no

entanto, instituir juízo de valor. Segundo Chauí (2008), é no século XIX, principalmente com a filosofia alemã, que a noção de cultura começa a passar por tal transformação decisiva. “A cultura é a ruptura da adesão imediata à natureza, adesão própria aos animais, e inaugura o mundo humano propriamente dito” (CHAUÍ, 2008, p. 56). Começa a aparecer, nesse ponto, a dualidade entre a dimensão natural e humana e um enfoque para esta última no que diz respeito ao conceito de cultura. Vale pontuar que o desenvolvimento da espécie humana está relacionado à cultura, uma vez que o homem, por meio da cultura, foi superando as adversidades da natureza, foi se adaptando e sobrevivendo na medida em que foi descobrindo como manipular ferramentas e como agir em determinadas situações. Segundo Laraia (2001, p. 58), é possível dizer que a cultura se desenvolveu juntamente com o “próprio equipamento biológico”, e mais, que ela é uma das “características da espécie, ao lado do bipedismo e de um adequado volume cerebral”.

É esse mesmo enfoque na dimensão humana que será incorporado ao conceito de cultura a partir da segunda metade do século XX, pelos antropólogos europeus, desfazendo a ideologia eurocêntrica de cultura e inaugurando a antropologia social e a antropologia política, “nas quais cada cultura exprime, de maneira historicamente determinada e materialmente determinada, a ordem humana simbólica com uma individualidade própria ou uma estrutura própria” (CHAUÍ, 2008, p. 57). Cada sociedade se molda conforme a sua cultura, segue determinados padrões que a caracterizam e, por consequência, os membros dessa sociedade são resultados do meio. Nas palavras de Laraia (2001, p. 45), “o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado”, que isso advém de um “processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam”. Eunice Ribeiro Durham ainda acrescenta que

Todo comportamento humano é “artificial” e não “natural”. O homem é um animal que construiu, através de sistemas simbólicos, um ambiente artificial no qual vive e o qual está continuamente transformando. A cultura é, propriamente, esse movimento de criação, transmissão e reformulação desse ambiente artificial (DURHAM, 1984, p. 25).

Mais precisamente, desde o início da década de 1980, há uma maior abrangência do conceito de cultura, devido às convenções internacionais da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), sobretudo com a “Declaração do México”, em 1985, a qual amplia para a noção de cultura as maneiras de o ser humano existir, pensar e se expressar, como também as manifestações simbólicas dos seus saberes, práticas artísticas e cerimoniais, sistemas de valores e tradições (PELEGRINI, 2006).

Essa abrangência contribui ainda mais para a diminuição do caráter elitista do conceito. Durham (1984) fala de um processo de “deselitização” na reformulação no conceito, em um movimento de definição que retirou dele a conotação de um saber superior, restrito a determinadas classes sociais, deixando evidente sua aplicabilidade a todas as produções humanas e todos os comportamentos sociais, indistintamente.

A cultura passa a ser compreendida como o campo no qual os sujeitos humanos elaboram símbolos e signos, instituem as práticas e os valores, definem para si próprios o possível e o impossível, o sentido da linha do tempo (passado, presente e futuro), as diferenças no interior do espaço (o sentido do próximo e do distante, do grande e do pequeno, do visível e do invisível), os valores como o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o justo e o injusto, instauram a ideia de lei, e, portanto, do permitido e do proibido, determinam o sentido da vida e da morte e das relações entre o sagrado e o profano (CHAUÍ, 2008, p. 57).

Conforme Durham (1984), o conceito de cultura mais recente possui múltiplas referências, uma delas que concerne aos produtos materiais da atividade humana, objetos, monumentos, edifícios e outra que se refere a uma produção mais simbólica, resultante da manipulação da linguagem, obras literárias, teorias científicas, sistemas religiosos. No entanto, o que se coloca como fundamental é a questão da significação, ou seja, independentemente de ser um produto material, há uma carga simbólica que o caracteriza como produto de uma cultura determinada, fruto de relações sociais.

Em outras palavras, se anteriormente a cultura era sinônimo de superioridade, a qual refletia as classes dominantes, mais recentemente a abordagem caminha para novas significações — refere-se a toda atividade humana indistintamente, seja ela material ou imaterial — e, conseqüentemente,

para a inclusão de novos sujeitos. Sujeitos estes que também possuem o direito de se sentir pertencentes a algo, de se reconhecerem em determinado meio, de darem voz a sua cultura e as suas manifestações, e mais, de serem parte integrante da memória coletiva. Lembrando que a cultura “é condição para a construção da história e da memória de um povo e, portanto, formadora de sua identidade” (BARROS, 1999, p. 32).

A memória, ao possibilitar uma relação dinâmica entre passado e presente, mantém viva a cultura de uma sociedade. É a memória que “constitui um sistema seletivo e referencial, que irá localizar no presente os códigos e experiências culturais”. “Sem memória, o presente de uma cultura perde as referências ideológicas, econômicas e culturais que a originaram” (BARROS, 1999, p. 35).

Nesse sentido, um ponto que contribui para a relação de continuidade com o passado — manter viva a cultura de um povo, de modo que ela não se perca — diz respeito à noção de preservar, visto que o próprio sentido da palavra preservar já presume a manutenção de algo, ou seja, sua conservação. Além do mais, preservar implica, também, em construção, uma construção feita no presente com base na relação entre presente e passado, e mais, entre indivíduos e grupos. A “preservação deve ser pensada como trabalho transformador e seletivo de reconstrução e destruição do passado, que é realizado no presente em termos do presente” (ARANTES, 1984). Mas do que isso, o ato de preservar pressupõe uma atividade humana, portanto, cultural, que vai alinhar esses conceitos e relações identificados acima.

Essa atividade é, sobretudo, uma atividade de percepção e criação, de atribuição de funções e de valores. Na medida em que atribuímos valores, nós criamos bens, transformamos as coisas, os objetos e os artefatos em bens, e os bens constituem o patrimônio – o patrimônio é suscetível de ser adquirido, de ser transmitido. Portanto, é condição necessária do patrimônio que ele seja preservado (RÚSSIO, 1984, p. 63).

Quando se fala em preservação é impossível não relacionar a um lugar, a uma cidade. A preservação se ancora na cidade, cujas culturas se desenvolvem e se firmam, cujos indivíduos se identificam e rememoram. Segundo Sandra Pesavento (2008, p. 4), uma cidade é detentora de história e

de memória, assim como é detentora desta comunidade simbólica de sentido a que se dá o nome de identidade. Pode-se afirmar que essa identidade se constitui, justamente, devido aos indivíduos e as relações que estes estabelecem com diversos grupos e com diversos lugares, a partir das vivências que a própria cidade proporciona. “A cidade é uma das aderências que ligam indivíduos, famílias e grupos sociais entre si. Uma dessas resistências que não permitem que suas memórias fiquem perdidas no tempo, que lhes dão ancoragem no espaço” (ABREU, 1998, p. 14).

Kevin Lynch, em seu conhecido livro *Imagem da cidade*, publicado pela primeira vez em 1960, corrobora com essa afirmativa, ao dizer que “todo o cidadão possui numerosas relações com algumas partes da sua cidade e sua imagem está impregnada de memórias e significações” (LYNCH, 1980, p. 11). São tais relações humanas que movem não só a cidade, como outras tantas relações que nela se estabelecem: o simples contato das pessoas com seu ambiente, o compartilhamento de experiências e as diferentes sensações a que são envolvidas, por exemplo.

O conceito de lugares de memória, a partir da formulação elaborada por Pierre Nora (1993), questiona esse processo de pertencimento por meio de sua condição contemporânea de artificialidade e, portanto, distante de uma memória vivida. Uma crítica ao intento da preservação de uma origem ou nascimento de algo que não mais pertence ao indivíduo, nem por vivência, nem por uma narração familiar a ele dirigida. No entanto, ao final de seu ensaio, Nora diferencia dois tipos de lugares de memória:

Oporemos, por exemplo, os lugares dominantes aos lugares dominados. Os primeiros, espetaculares e triunfantes, imponentes e geralmente impostos. quer por uma autoridade nacional, quer por um corpo constituído. mas sempre de cima, tem, muitas vezes a frieza ou a solenidade das cerimônias oficiais. Mais nos deixamos levar do que vamos a eles. Os segundos são os lugares refúgio, o santuário das fidelidades espontâneas e das peregrinações do silêncio. É o coração vivo da memória. De um lado Sacré-Coeur, de outro, a peregrinação popular a Lourdes; [...] (NORA, 1993, p. 26).

A qualidade de lugar dominado, que vai caracterizar determinados lugares de memória, restitui a própria condição do estabelecimento de uma memória coletiva por meio dos processos de identificação, reconhecimento e

pertencimento, construídos no próprio processo. "Há uma rede articulada dessas identidades diferentes, uma organização inconsciente da memória coletiva que nos cabe tornar consciente de si mesma. Os lugares são nosso momento de história nacional" (NORA, 1993, p. 27). Uma história constituída longe das historiografias, uma história afetiva, enfim, mais memória que história propriamente dita.

Diferentemente de todos os objetos da história, os lugares de memória não tem referentes na realidade. Ou melhor, eles são, eles mesmos, seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro. Não que não tenham conteúdo, presença física ou história; ao contrário. Mas o que os faz lugares de memória é aquilo pelo que, exatamente, eles escapam da história (NORA, 1993, p. 27).

Lugar: a Festa de São João em Bocaina-SP

O exemplo de lugar, de um espaço de vivências e experiências sociais, a ser discutido neste estudo abrange a cidade de Bocaina-SP, mais especificamente, a celebração tradicional da Festa de São João, padroeiro da cidade.

Para entender o foco da discussão, é válido contextualizar brevemente Bocaina, uma cidade representativa da particularidade do processo de formação urbana ocorrido no interior do estado de São Paulo. Emancipada no ano de 1891, no período republicano, Bocaina se desenvolveu a partir da lavoura cafeeira e da chegada da ferrovia, possibilitando a vinda de um grande contingente de imigrantes, principalmente de origem italiana, espanhola e portuguesa.

Bocaina ainda conserva uma quantidade significativa das características da cidade original. Há, ainda na cidade, um número considerável de edificações remanescentes da formação urbana e do desenvolvimento econômico proporcionado pela cafeicultura, sejam particulares ou públicas. Para além dos bens edificados, a cidade ainda preserva seu traçado urbano. A configuração do centro da cidade se mantém, bem como algumas ruas com calçamento original, de paralelepípedo. No plano

do não edificado, há alguns festejos e costumes tradicionais também vivos na cidade, como é o caso da tradicional Festa de São João, a Alvorada de 1 de Maio e a banda Carlos Gomes. Apesar da conservação de bens materiais — tanto na escala do edifício, quanto na escala urbana — e de bens imateriais, não há nenhuma lei municipal ou mesmo alguma comissão que abarque as questões preservacionistas. O que parece existir é um vínculo afetivo e identitário por parte da própria população com a cidade e com os bens culturais.

Em 1912, segundo dados da Diretoria-Geral de Estatística (DGE, 1916, p. 348), Bocaina possuía uma população de 14.447 mil habitantes. Entretanto, no final da década de 1930, em consequência da crise de 1929, a lavoura cafeeira na cidade (e na região) passou por um processo de declínio, bem como o comércio local que dependia do grão. Diante desse cenário, a cidade vai perdendo sua importância econômica e, conseqüentemente, sua densidade populacional, em 1936, 11.882 mil habitantes (INE, 1937, p. 152) e em 1939, 9,083 (IBGE, 1941, p. 96), densidade não superada até hoje. Atualmente, possui uma população estimada de 12.571 mil habitantes, em 2021, conforme o IBGE⁶, e uma economia voltada para o setor sucroalcooleiro e para a produção em larga escala de EPI (equipamento de proteção individual) em curtumes e fábricas.

No entanto, essa perda de importância econômica e o não crescimento populacional e urbano podem ser vistos com bons olhos nos dias atuais, uma vez que a preservação da cidade ocorre de maneira espontânea, ou seja, até hoje não foi necessário existir nenhuma política patrimonial advinda dos órgãos de preservação a nível federal, estadual ou, mesmo, municipal para que a preservação pudesse ocorrer, mas sim um sentimento de pertencimento da população que mantém os patrimônios vivos. Dificilmente o mesmo aconteceria se a pressão do mercado imobiliário agisse na cidade, como ocorre em tantos outros centros urbanos. Em Bocaina, percebe-se que os moradores, de alguma maneira, ainda podem ter voz ativa nesse âmbito.

⁶ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/bocaina/panorama>. Acessado em: 07/07/2022.

A nível de órgãos públicos, ações patrimoniais na cidade totalizam duas. A primeira diz respeito ao tombamento, a nível estadual pelo Condephaat (Resolução 60 de 21/07/2010, processo nº 24929/86, Livro do Tombo Histórico, categoria Educação e Pesquisa), do Grupo Escolar, o qual se insere dentro de uma ação maior de tombamento dos Grupos Escolares do Estado de São Paulo, remanescentes da época republicana de reforma educacional iniciada nos anos 1890; e a segunda relacionada ao tombamento, também pelo Condephaat (Resolução de 16/10/1969, processo nº 13996/69, Livro do Tombo das Artes), das obras do artista Benedito Calixto, presentes na Igreja Matriz. No total, a igreja é contemplada hoje com 13 telas do artista, as quais fazem parte das últimas obras executadas por ele — o artista chegou em Bocaina em setembro de 1923 e iniciou seu trabalho após alguns meses. No entanto, é importante frisar que somente as obras são tombadas, ou seja, o próprio edifício da Igreja, que as abriga, não está oficialmente salvaguardado. A prefeitura da cidade está na tentativa de tomba o imóvel, porém, não obteve sucesso nem no ano de 1969, quando foram tombadas as telas do Benedito Calixto, nem em 2010, quando do tombamento do Grupo Escolar, hoje EMEF Deputado Leônidas Pacheco Ferreira. O pedido de tombamento da Igreja enviado ao órgão estadual em 2010 é o Processo nº 01042/2010, mas também sem sucesso.

Além disso, atualmente, há um estudo de tombamento em andamento no Condephaat, através do Processo nº 85098/2019 – Estudo de tombamento do Núcleo Histórico Urbano de Bocaina. Em documento disponibilizado pelo órgão, a área do estudo abrange edifícios na Rua Floriano Peixoto, Rua XV de Novembro, Rua Theodoro Ricardo, Rua Capitão Bento Rangel, Rua Coronel Pedro Alexandrino, Rua Alvarenga Rangel, Rua Sete de Setembro, Rua Tiradentes, Rua Valladolid, Rua Virgílio de Carvalho e Rua Marechal Deodoro. Essa listagem trata-se de uma complementação da deliberação da Igreja Matriz dada em 2012, conforme o pedido feito em 2010.

Ainda em 2019, Bocaina recebeu o título de Município de Interesse Turístico (MIT), ação do Estado de São Paulo que visa ampliar a abrangência

de políticas públicas voltadas para o turismo no Estado, melhorando a qualidade turística das cidades. Essa certificação amplia a preocupação do governo local para com os bens culturais de Bocaina, no entanto não há nada efetivo.

Feito tal panorama da cidade, trata-se, então, de discutir a celebração da Festa de São João sob o ponto de vista dos *lugares dominantes* e dos *lugares dominados* pontuados por Pierre Nora, acerca dos *lugares de memória*.

O padroeiro de Bocaina, que dá nome à Igreja, é São João Batista. A data comemorativa em honra a esse santo é 24 de junho. Nessa data acontece a tradicional Festa de São João na cidade, conhecida como Festa da Fogueira. Bocaina ainda mantém essa forte tradição de cunho religioso, especificamente, do catolicismo. Todo ano, desde os primórdios da cidade ainda no final do século XIX, acende-se uma fogueira na passagem do dia 23 para 24 de junho, numa maneira de homenagear o santo. O caráter religioso, que possibilita a festividade, une-se às práticas culturais tipicamente juninas e assim se mantém a tradição. A Festa de São João é a festividade mais emblemática da cidade. Conhecida em toda a região, a festa atrai muitos visitantes, chegando a uma marca aproximada de 10.000 pessoas no dia da passagem na fogueira, segundo aponta Gabriel (2018).

O evento em si, atualmente, tem início em meados de junho com a programação religiosa, que se encerra no dia do padroeiro, 24 do mesmo mês. A programação secular se inicia na noite do dia 23 de junho e se estende até meados de julho, acontecendo na Praça Pedro Izar - a praça da Matriz. As atividades começam com a novena em honra à São João Batista. Na véspera de seu dia, acontecem o levantamento do mastro e a bênção do bolo do padroeiro, seguidos da missa em honra ao santo e da bênção da fogueira à meia noite, já no dia 24 de junho, dia de São João Batista. Esse momento marca o ápice da festa quando, após abênção das cinzas da fogueira, alguns fiéis caminham descalços sobre o braseiro, em demonstração de fé e devoção (GABRIEL, 2018, p. 13).

Interessa à presente discussão entender essa prática social à luz das considerações realizadas anteriormente, ou seja, entende-se que o conceito de memória — enquanto prática social que atualiza lembranças do passado em função de processos identitários em contraposição a uma abordagem da

história como a constituição de um olhar crítico sobre fatos que a memória coletiva não alcança mais — traz uma textura e uma complexidade ao evento da Festa São João que suplanta a simples necessidade de sua conservação por fazer parte de uma tradição da cidade. O que se percebe é justamente um campo de disputa entre os agentes sociais no protagonismo de suas narrativas. De um lado, os poderes instituídos — Igreja e Estado — e, de outro, os populares.

O caminho teórico percorrido ao longo do texto possibilita entender com a devida medida os conceitos de *lugares de memória dominantes e dominados* e, nesse sentido, pode-se identificar as ações e lugares de fala de cada um dos lados em disputa na Festa de São João. A Igreja busca, por meio da programação de missas e atividades laicas (bingo, barracas, parque de diversão, rifas, etc), mobilizar a população em torno do espaço da edificação da Matriz, constituído pela praça, onde a festa se insere. Essa ocupação do lugar público induz um uso que deveria ser consensuado, mas que ganha sua legitimidade em nome da preservação de uma tradição. Uma narrativa que remete a tempos passados e que encontra, na promoção do turismo pelo poder municipal, um meio ratificador dessa intenção. Constitui-se, assim, um *lugar de memória dominante*, o qual mobiliza uma historiografia autorizada, apoiando-se principalmente nas narrativas oficiais constituídas por meio do único memorialista da cidade, Walmir Furlaneto (2002, 2005).

O público da festa, significativo para a escala de Bocaina como visto anteriormente, se mobiliza principalmente em torno da passagem de alguns fiéis pelo tapete de brasas. O desenho do espetáculo promovido por meio dessa atividade possibilita questionar as intencionalidades do discurso oficial e permite a caracterização da Festa de São João como um todo por uma condição de um *lugar de memória dominado*. A passagem pelo tapete de brasas tem sua origem na demonstração de fé no padroeiro da cidade e sua permanência permitiu que seus sentidos fossem ao longo dos anos atualizados. Se, em um primeiro momento, envolvia um grupo de moradores em torno de crenças no limite entre a religião instituída e a apropriação cultural,

atualmente se aparta da questão do grupo religioso e se constitui como um evento inscrito em uma partilha social que identifica aqueles que rememoram os sucessos e fracassos dos anos anteriores na expectativa da atualização anual de tal evento. O *lugar de memória dominado* se dá, então, pelo fato do espectáculo quase farsesco que aciona a memória coletiva e não mais a demonstração da fé, como se intenta por meio do *lugar de memória dominante*.

A Festa de São João, da cidade de Bocaina (interior de São Paulo), interessou à presente discussão justamente por possibilitar o entendimento das questões relativas à memória coletiva enquanto prática social, principalmente ao revelar seus aspectos dialógicos ao se caracterizar como campo de disputa entre construções de identidades sociais. Nesse sentido, o território dos *lugares de memória* restituem a identidade de um grupo na resistência em se tornarem lugares históricos. A cidade turística não é a mesma a que o indivíduo/morador se sente representado. A cidade somente será o meio de práticas sociais de identidade e pertencimento na medida que se aproximar de ser vista como um conjunto de lugares de memória, expressão autêntica de uma cultura, e não cenários forjados nos discursos oficiais.

Considerações finais

Uma associação quanto às noções de memória, cultura e identidade pode ter como eixo transversal a ideia de investimento simbólico, o qual pressupõe uma dimensão afetiva inserida em uma prática social. No percurso do artigo, pretendeu-se, por meio de uma revisão bibliográfica, pontuar questões nesse debate complexo, mais do que esgotar a discussão. Buscou-se, por meio dos perfis teóricos abordados, constituir a dimensão próxima ao indivíduo por meio da qual a memória, cada vez mais, vem sendo definida. Uma dimensão particular que, ao se definir, encontra o outro e com este estabelece uma rede de relações de pertencimento e estranhamento. A cultura se apoia na expressão desses conflitos, desses consensos, desses dissensos. Longe da conciliação daquilo que está distante, próprio de algumas historiografias, a memória se refaz a cada atualização e em sua dinamicidade dota de sentido os *lugares de memória*, como a cidade. O estudo tratou de

trazer à luz as questões que problematizam os processos de pertencimentos, de identidades, que dão sentido às práticas sociais contemporâneas, pensando no caso específico da cidade de Bocaina e da tradicional Festa de São João que nela ocorre. Um jogo de disputa entre discurso oficial, que tenta delinear uma história única e verdadeira e reforçá-la nas diversas práticas urbanas e o papel da população, dos grupos sociais, como constituintes da suas próprias e várias histórias, tendo a memória como algo em constante alteração, ela é dinâmica e se modela conforme a perpetuação e apropriação da cultura, geradora dos vínculos identitários.

Referências Bibliográficas

ABREU, M. **Sobre a memória das cidades**. Porto: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998.

AMARAL, A. L. **Dicionário de Direitos Humanos**, 2006. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Pertencimento>. Acesso em: 15 set. 2020.

ARANTES, A. A. Prefácio. In: ARANTES, A. A. [org]. **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 7-10.

_____. Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, C.; LEITE, R. P. **Plural de cidades: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Ed. Almedina, 2009, p. 11-24.

BARROS, J. M. Cultura, memória e identidade: contribuição ao debate. **Cadernos de História da PUC Minas**, Belo Horizonte, v. 4, n.5, p. 31-36, 1999.

BAUMAN, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BOLLE, W. Cultura, patrimônio e preservação. In: ARANTES, A. A. [org]. **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 11-23.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 13. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CERTEAU, M. de. **A Escrita da história**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica: Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. **Crítica y Emancipación**: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales, n. 1, p. 53-76, junio 2008.

DGE. **Anuario Estatístico do Brazil 1o Anno (1908-1912): Território e População**. v. 1. Rio de Janeiro, Brazil: Typographia da Estatística, 1916. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 07/07/2022.

DURHAM, E. R. Cultura, patrimônio e preservação. In: ARANTES, A. A. [org]. **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 23-34.

EAGLETON, T. **A Ideia de Cultura**. São Paulo: Editora Unesp. 2005.

FURLANETO, W. **Uma cidade e um pouco de sua história**. 1. ed. Barra Bonita: Texgraf, 2002.

_____. **Uma cidade e um pouco de sua história**. 2. ed. Barra Bonita: Texgraf, 2005.

GABRIEL, M. H. **Matriz de São João Batista**: Arquitetura Sagrada e Eclética em Bocaina – SP. 2018. 161f. Monografia (Iniciação Científica em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design – UNESP, Bauru, 2018.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil Ano V - 1939/1940**. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, 1941. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1939_1940.pdf. Acesso em: 07/07/2022.

INE. **Anuário Estatístico do Brasil Ano III - 1937**. Rio de Janeiro (RJ): Tip. do Departamento de Estatística e Publicidade, 1937. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1937.pdf. Acesso em: 07/07/2022.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um Conceito Antropológico. 24°. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 2009.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão [et al.]. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Tradução de Maria Cristina Tavares Afonso. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

PELEGRINI, S. C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140, 2006.

PESAVENTO, S. J. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. **Esboços (UFSC)**, Florianópolis, v. 1, n.11, p. 25-30, 2004.

_____. História, memória e centralidade urbana. **Rev. Mosaico – Revista de História**, Goiânia, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun. 2008.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RIOS, F. D. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. **Revista Intratextos**, v. 5, n. 1, p. 1-2, 2013.

RUSSIO, W. Cultura, patrimônio e preservação. In: ARANTES, A. A. [org]. **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 59-64.

SARLO, B. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHMIDT, M. L. S.; MAHFOUD, M. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 4, n. 1/2, p. 285-298, 1993.

SEIXAS, J. A. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. [org]. **Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

VEYNE, P. M. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história**. Tradução: Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.